

TEORIA, DICAS E  
EXERCÍCIOS

# ADAB

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DA BAHIA

## Técnico em Fiscalização Agropecuária

- *Língua Portuguesa*
- *Informática*
- *Igualdade Racial e de Gênero*
- *Legislação*
- *Conhecimentos Específicos*
- *Redação Discursiva (On-line)*



Conteúdo de acordo  
com o Edital  
Legislação comentada  
Questões gabaritadas

Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia

# ADAB

## Técnico em Fiscalização Agropecuária

# APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada nesse percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados, em um sumário que foi pensado para apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Técnico em Fiscalização Agropecuária, de acordo com os itens mais relevantes e principais atualizações, *de acordo com o Edital nº 01/2026 da ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia.*

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao longo da teoria você encontrará recursos como boxes de “Importante!” e “Dica”, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas, apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca IDCAP, responsável pelo último certame, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca

Para sua preparação, acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Redação Discursiva disponível em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que te guiará até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



# AVISO IMPORTANTE

## ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

### **POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO  
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

**QUERO MATERIAL COMPLETO!**

# SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ <b>COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO</b> .....	11
■ <b>TIPOLOGIA TEXTUAL</b> .....	14
■ <b>GÊNEROS TEXTUAIS</b> .....	19
■ <b>MARCAS DE TEXTUALIDADE</b> .....	25
<b>COESÃO E COERÊNCIA E DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL</b> .....	25
Emprego de Elementos de Referenciação e Substituição, de Conectores e de Outros Elementos de Sequenciação Textual .....	26
Emprego de Elementos de Repetição .....	29
<b>INTERTEXTUALIDADE</b> .....	30
■ <b>CLASSES DE PALAVRAS</b> .....	34
<b>ADJETIVO</b> .....	34
<b>ADVÉRBIO</b> .....	36
<b>ARTIGO</b> .....	38
<b>PREPOSIÇÃO</b> .....	38
<b>CONJUNÇÃO</b> .....	39
<b>INTERJEIÇÃO</b> .....	40
<b>NUMERAL</b> .....	40
<b>PRONOMES</b> .....	41
Colocação Pronominal .....	44
<b>SUBSTANTIVOS</b> .....	44
<b>VERBOS</b> .....	46
■ <b>ORTOGRAFIA (NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA)</b> .....	50
<b>ACENTUAÇÃO GRÁFICA</b> .....	51
<b>SINAIS DE PONTUAÇÃO</b> .....	52
■ <b>RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO</b> .....	56
■ <b>REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO</b> .....	56
<b>SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS</b> .....	57

SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO E REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO .....	57
REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....	58
■ SEMÂNTICA.....	60
SINÔNIMOS.....	60
ANTÔNIMOS .....	60
HOMÔNIMOS .....	61
PARÔNIMOS.....	61
DENOTAÇÃO .....	62
CONOTAÇÃO.....	62
■ SINTAXE.....	62
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO .....	62
CONCORDÂNCIA VERBAL .....	65
CONCORDÂNCIA NOMINAL.....	68
REGÊNCIA VERBAL .....	69
REGÊNCIA NOMINAL .....	71
■ FIGURAS DE LINGUAGEM .....	71
■ REDAÇÃO OFICIAL.....	75
 INFORMÁTICA.....	 119
■ PRINCIPAIS COMPONENTES DE UM COMPUTADOR .....	119
FUNCIONAMENTO BÁSICO DE UM COMPUTADOR.....	119
FUNÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS DISPOSITIVOS UTILIZADOS EM UM COMPUTADOR.....	119
CONCEITOS BÁSICOS SOBRE HARDWARE E SOFTWARE .....	122
DISPOSITIVO DE ENTRADA E SAÍDA DE DADOS.....	125
■ NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (WINDOWS).....	128
■ INTERNET .....	147
NAVEGAÇÃO NA INTERNET .....	147
Conceitos de URL, Links, Sites e Busca.....	148
IMPRESSÃO DE PÁGINAS.....	150

■ EDITOR DE TEXTO (MICROSOFT OFFICE – WORD 2019).....	152
FORMATAÇÃO DE FONTE .....	152
BORDAS, SOMBREAMENTO, TABULAÇÃO E FORMATAÇÃO DE PARÁGRAFO .....	152
MARCADORES E NUMERAÇÃO .....	154
TABELAS .....	155
CABEÇALHO E RODAPÉ .....	156
NÚMERO DE PÁGINAS.....	157
MANIPULAÇÃO DE IMAGENS E FORMAS .....	157
CONFIGURAÇÃO DE PÁGINA .....	158
■ PLANILHA ELETRÔNICA (MICROSOFT OFFICE – EXCEL 2019).....	161
FORMATAÇÃO DA PLANILHA E DE CÉLULAS .....	161
CRIAR CÁLCULOS UTILIZANDO AS QUATRO OPERAÇÕES .....	162
FORMATAR DADOS ATRAVÉS DA FORMATAÇÃO CONDICIONAL.....	166
REPRESENTAR DADOS ATRAVÉS DE GRÁFICOS.....	167
FÓRMULAS E FUNÇÕES .....	168
■ APLICATIVOS PARA SEGURANÇA .....	170
ANTIVÍRUS.....	170
FIREWALL.....	171
ANTISPYWARE .....	172
■ CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) .....	173
IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO.....	181
■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (ART. 1º, 3º, 4º E 5º).....	181
■ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, (CAP. XXIII “DO NEGRO”) .....	204
■ LEI FEDERAL Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010 (ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL) .....	205
■ LEI FEDERAL Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 (DEFINE OS CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU DE COR) .....	220
■ LEI FEDERAL Nº 9.459, DE 13 DE MAIO DE 1997 (TIPIFICAÇÃO DOS CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU DE COR).....	226
■ DECRETO FEDERAL Nº 65.810, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1969 (CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL) .....	228

■	DECRETO FEDERAL Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 (CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER).....	239
■	LEI FEDERAL Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA).....	245
■	CÓDIGO PENAL BRASILEIRO (ART. 140).....	257
■	LEI FEDERAL Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 (CRIME DE TORTURA).....	258
■	LEI FEDERAL Nº 7.437, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985 (LEI CAÓ).....	261
■	LEI ESTADUAL Nº 10.549, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006 (SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL).....	264
■	LEI FEDERAL Nº 10.678, DE 23 DE MAIO DE 2003 (SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA).....	267
	LEGISLAÇÃO.....	273
■	LEGISLAÇÃO ESTADUAL: LEI N.º 6.677, DE 26 DE SETEMBRO DE 1994 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DA BAHIA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS.....	273
■	LEI Nº 13.182, DE 06 DE JUNHO DE 2014 - ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL E DE COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA DO ESTADO DA BAHIA.....	287
■	LEI Nº 12.209 DE 20 DE ABRIL DE 2011 QUE DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, REGIDAS PELO REGIME DE DIREITO PÚBLICO, DO ESTADO DA BAHIA.....	299
■	LEI Nº 12.618, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012 QUE REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES NO ÂMBITO DO ESTADO DA BAHIA.....	311
■	DEFESA AGROPECUÁRIA NO ÂMBITO ESTADUAL.....	313
■	ATUAÇÃO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA NA ÁREA AGROPECUÁRIA.....	314
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	319
■	LEGISLAÇÃO.....	319
	LEI ESTADUAL Nº 7.439, DE 18 DE JANEIRO DE 1999 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.....	319
	LEI Nº 7.597, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2000, QUE DISPÕE SOBRE A DEFESA SANITÁRIA ANIMAL NO ESTADO DA BAHIA, APROVADO PELO DECRETO Nº 7.854, DE 11 DE OUTUBRO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E DECRETO Nº 22.141 DE 14 DE JULHO DE 2023 QUE ALTERA O REGULAMENTO.....	321
	LEI ESTADUAL Nº 10.434, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006, REGULAMENTADA PELO DECRETO ESTADUAL Nº 11.414, DE 27 DE JANEIRO DE 2009.....	323
	LEI ESTADUAL Nº 6.455, DE 25 DE DEZEMBRO DE 1996.....	325
	DECRETO ESTADUAL Nº 6.033, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1996.....	329

DECRETO ESTADUAL Nº 20.147, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.....	339
<b>■ AGRICULTURA.....</b>	<b>343</b>
CULTIVO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS DO ESTADO DA BAHIA (ALGODÃO, SOJA, MILHO, FEIJÃO, BANANA, CACAU, CAFÉ, CITROS, MAMÃO, MANGA E UVA) E SISTEMAS DE CULTIVO E MANEJO DAS CULTURAS.....	343
ZONEAMENTO AGRÍCOLA .....	345
PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA, CADEIAS PRODUTIVAS E SISTEMA AGROINDUSTRIAL .....	345
AGRICULTURA CONVENCIONAL.....	351
AGRICULTURA ORGÂNICA E DE BASE AGROECOLÓGICA .....	352
BENEFICIAMENTO DE SEMENTES E FRUTOS.....	352
<b>■ PECUÁRIA.....</b>	<b>357</b>
SUINOCULTURA.....	357
AVICULTURA .....	361
OVINOCULTURA.....	362
BOVINOCULTURA DE CORTE .....	365
BOVINOCULTURA DE LEITE .....	370
APICULTURA.....	374
PISCICULTURA .....	378
AQUICULTURA .....	383
<b>■ PRINCIPAIS ASPECTOS DO MANEJO SANITÁRIO, REPRODUTIVO E PRODUTIVO E PRINCIPAIS ENFERMIDADES DE INTERESSE ECONÔMICO E SANITÁRIO.....</b>	<b>386</b>
BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS (BPAS) .....	386
<b>■ AGROINDÚSTRIAS.....</b>	<b>386</b>
PROCESSAMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.....	386
NOÇÕES DE ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS (FRIGORÍFICOS, LATICÍNIOS E SIMILARES).....	392
PRINCÍPIOS DE HIGIENE.....	393
CONTROLE SANITÁRIO.....	393
CONTROLE DE QUALIDADE.....	393
DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, VEGETAL E INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS: SISTEMA DE DEFESA AGROPECUÁRIA .....	393
Acordos Sanitários e Organismos Internacionais de Referência: Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH / OMSA).....	394

■	<b>CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DOS VEGETAIS (CIPV) .....</b>	<b>397</b>
	CODEX ALIMENTARIUS.....	397
■	<b>CONTROLE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PRAGAS DE ANIMAIS E VEGETAIS E AVALIAÇÃO E ANÁLISE DE RISCO .....</b>	<b>398</b>
	ANÁLISE DE RISCO DE DOENÇAS ANIMAIS.....	398
	NOTIFICAÇÕES DE DOENÇAS ANIMAIS E PRAGAS VEGETAIS, FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO E COMÉRCIO DE ANIMAIS, VEGETAIS, PRODUTOS E INSUMOS AGROPECUÁRIOS, PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO.....	411
■	<b>SISTEMAS DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL .....</b>	<b>412</b>
■	<b>USO CORRETO DE AGROTÓXICOS .....</b>	<b>413</b>
■	<b>PROGRAMAS DE CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES .....</b>	<b>414</b>
■	<b>PRINCIPAIS PRAGAS E DOENÇAS DE IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E QUARENTENÁRIA .....</b>	<b>414</b>
	MAL DO PANAMÁ (FUSARIUM OXYSPORUM F. SP. CUBENSE RAÇA TR4).....	415
	SIGATOKA-NEGRA (MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS) .....	415
	HLB (HUANGLONGBING).....	415
	CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI) .....	415
	MONILÍASE DO CACAUEIRO (MONILIOPHTHORA RORERI) .....	415
	FERRUGEM ASIÁTICA DA SOJA (PHAKOPSORA PACHYRHIZI) .....	416
	BICUDO-DO-ALGODOEIRO (ANTHONOMUS GRANDIS) .....	416
	CANCRO BACTERIANO DA VIDEIRA .....	416
	MELEIRA E MANCHA ANELAR DO MAMOEIRO.....	416
	MOSCAS-DAS-FRUTAS (CERATITIS CAPITATA, ANASTREPHA SPP E BACTROCERA CARAMBOLAE).....	416

# LÍNGUA PORTUGUESA

## COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

### INTRODUÇÃO

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

### INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

### Dica

**Interpretar** é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

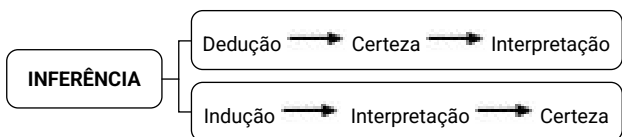
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

### A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental

# INFORMÁTICA

## PRINCIPAIS COMPONENTES DE UM COMPUTADOR

### FUNCIONAMENTO BÁSICO DE UM COMPUTADOR

A informática, também chamada de computação, é uma área do conhecimento que foi desenvolvida com base em máquinas, inicialmente com válvulas e, posteriormente, com transistores, englobando as áreas de software (programas) e hardware (equipamentos).

Os computadores, como conhecemos e utilizamos atualmente, surgiram no final da década de 1970 como PC (*Personal Computer* — computador pessoal), em um período dominado pelos *mainframes* (computadores de grande porte) e terminais nas empresas.

Os *mainframes* eram computadores de grande porte com sistemas próprios, hardware dedicado e vendido por milhares de dólares por empresas históricas como a IBM, chegando a ocupar salas e até andares inteiros de prédios. Concentravam o processamento de dados dos programas desenvolvidos especificamente para aquele dispositivo, em linguagens de programação específicas para aquele tipo de trabalho.

Os terminais nas empresas operavam, basicamente, como entrada e saída de dados, reunindo informações coletadas de entradas ou digitações, enviando para o *mainframe* da empresa por uma conexão de rede padronizada para aquele equipamento e recebendo o resultado do processamento que foi realizado remotamente.

De fato, a informática era muito técnica, e, sob o ponto de vista da atualidade, engessada e cheia de regras, limitações e proibições.

Criou-se uma aura técnica quase indecifrável na área, que perdurou por muito tempo e ainda assusta alguns novos usuários.

### Dica

As questões de informática nos concursos públicos são direcionadas para a interpretação de conceitos e aplicação prática do uso de programas. Contexto histórico, memorização de datas e nomes não costumam ser questionados em provas atualmente.

Com a popularização dos computadores na década de 1980 e a abertura da internet, tudo começou a mudar. A chamada revolução digital transformou o mundo mais rapidamente do que qualquer outra revolução anterior.

Em concursos públicos de cargos relacionados à educação, por exemplo, é comum encontrarmos questões que tratam deste aspecto histórico do computador e o seu impacto na sociedade. A maioria dos concursos de nível médio envolvem o conhecimento dos fundamentos da computação e, nos cargos de

nível superior, os detalhes técnicos e aplicações das diferentes arquiteturas computacionais.

Os equipamentos computacionais são apresentados em diferentes construções, como desktop, notebook, tablet e smartphone, porém mantendo os princípios de funcionamento fundamentais.

## FUNÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS DISPOSITIVOS UTILIZADOS EM UM COMPUTADOR

O computador é um dispositivo eletrônico formado por componentes altamente integrados. Ele é a evolução de uma máquina mecânica, que, no passado, foi utilizada para a realização de tarefas repetitivas, envolvendo cálculos matemáticos. O computador apresenta alto grau de precisão e previsibilidade. Se foi programado para somar os valores A e B, apresentando C como resultado, sempre que forem informados A e B, o resultado será C.

Diversos textos identificam épocas diferentes para o surgimento de equipamentos relacionados à história do computador. A história antiga é uma disciplina em constante atualização a cada nova descoberta. Vamos nos deter aos elementos essenciais dos dispositivos, que foram importantes para o computador da atualidade.

O **ábaco** é um instrumento de cálculo que combina posições de pedras em linhas sequenciais, utilizado desde o surgimento das operações básicas de cálculo até os dias atuais por estudantes e entusiastas. O sequenciamento das posições numéricas é usado nos processadores para operação bit a bit. Datado de aproximadamente 3000 a.C., atribui-se a origem aos babilônios.

O **mecanismo de Anticítera** era usado para calcular a partir de calendários as posições astronômicas, eclipses e astrologia. A previsibilidade dos resultados é utilizada nos processadores para validação do resultado obtido nas operações.

Blaise Pascal, notável matemático da Idade Média, desenvolveu a **Pascalina** (*Le pascaline*), um instrumento matemático considerado a primeira calculadora mecânica do mundo, para a realização de adição e subtração. Os processadores utilizam adições sucessivas para realização de multiplicação, e adição com negativos para realização de subtrações, inspirados nos princípios da antiga Pascalina.

No entanto, foi ele quem inventou o sistema binário? Não. Outro inventor contemporâneo (1673), o matemático alemão Gottfried Wilhelm **Leibniz**, foi quem criou um modelo capaz de multiplicar, dividir e extrair raízes quadradas. Nascia o sistema binário, utilizado até hoje nos dispositivos computacionais.

Dos teares da França veio uma contribuição relevante para a computação atual, que eram os cartões metálicos perfurados dos **teares de Jacquard**. A programação dos teares, a partir de comandos automáticos das operações repetitivas, gravadas em cartões metálicos “de memória” (furados ou não), determinava o que a máquina iria realizar.

Como podemos observar, cada dispositivo contribuiu com um detalhe importante para o computador moderno.

# IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (ART. 1º, 3º, 4º E 5º)

### FUNDAMENTOS

Os fundamentos contidos no art. 1º da CF, de 1988, servem como base para todo o ordenamento jurídico, pois se referem aos valores de formação da República Federativa do Brasil — veja a importância do artigo, não somente em relação à Constituição, mas para toda a ordem jurídica do Estado.

Assim, vejamos o referido dispositivo:

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

*Parágrafo único.* Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

### Dica

Para auxiliá-lo na memorização dos mencionados fundamentos, guarde o mnemônico “**SO-CI-DI-VA-PLU**”:

- Soberania;
- Cidadania;
- Dignidade;
- Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- Pluralismo político.

### A Soberania

Como preleciona José Afonso da Silva (2017), a soberania é um poder **supremo** e **independente**. É, ainda, fundamento do próprio conceito de Estado. Diante disso, não precisaria ser mencionada no Texto Constitucional.

A demonstração do poder soberano pode ser vista de forma interna (poder do Estado, sendo, nesse caso, exteriorizada pela prevalência de suas normas e decisões sobre todas as demais proferidas) ou externa (quando nos relacionamos com entidades

internacionais, sendo, nesse caso, exteriorizada pela não subordinação a nenhum outro Estado, decidindo pela subordinação a determinada regra somente quando livremente manifestado).

### A Cidadania

Podemos considerar cidadania como um objeto de direito fundamental, pois é a participação do indivíduo no Estado democrático de direito.

No Texto Constitucional, em sentido amplo, a existência da cidadania está atrelada à vivência social, à construção de relações, à mudança de mentalidade, à reivindicação de direitos e ao cumprimento de deveres.

Assim, podemos concluir que a cidadania pode ser exercida não somente com o direito de voto, mas também com a participação do cidadão em conselhos de temas importantes, como saúde e educação, com o comparecimento em audiências públicas e com a participação nas reuniões referentes ao orçamento participativo.

Vale ressaltar que nem toda pessoa é considerada cidadã. Em provas de concurso, é importante observar que cidadão é todo ser humano que está em condição de votar e ser votado. Assim, podemos concluir que uma criança e os estrangeiros não naturalizados não podem ser considerados cidadãos.

**Atenção!** Cuidado para não confundir cidadania com nacionalidade: nacionalidade é o vínculo jurídico político que une uma pessoa a um Estado, ao passo que cidadania é a participação do indivíduo no Estado. Inclusive, a nacionalidade é requisito para ser cidadão, ou seja, para ser cidadão o indivíduo deve ser brasileiro nato ou naturalizado.

### A Dignidade da Pessoa Humana

A dignidade da pessoa humana é um valor que influencia o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem consagrados no Texto Constitucional. É uma proteção do indivíduo não somente em face do Estado, mas também perante toda a sociedade.

Nesse sentido, Alexandre de Moraes (2011) considera que a dignidade da pessoa humana é valor espiritual e moral que se manifesta na autodeterminação da própria vida e traz consigo a busca pelo respeito por parte das demais pessoas.

Note que a dignidade da pessoa humana é o direito de titularidade universal, isto é, todos têm acesso a esse direito pelo simples fato de serem pessoas. Assim, a nacionalidade e/ou capacidade não são fatores que possibilitam maior proteção: o que o faz é o fato de ser cidadão, seja ele nacional ou estrangeiro.

### Os Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa

Dispositivo que objetiva a proteção ao trabalho, pois é por meio dele que o homem garante sua subsistência e o crescimento do Brasil.

Aqui, não se faz menção somente ao “trabalhador CLT<sup>1</sup>”, mas também aos autônomos, empresários, empreendedores e empregadores.

Portanto, é necessário estabelecer a proteção desse importante direito social. Por sua vez, a livre iniciativa consiste numa doutrina que defende a total

<sup>1</sup> “Trabalhador CLT” é um termo popular utilizado para definir trabalhador/funcionário regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (portanto, com carteira assinada).

# LEGISLAÇÃO

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL: LEI N.º 6.677, DE 26 DE SETEMBRO DE 1994 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DA BAHIA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS

Conheceremos neste tópico o estatuto dos servidores do estado. Abordaremos os pontos que têm maior probabilidade de estar na sua prova, pois trata-se de uma lei bastante extensa. Faremos isso com base nos conceitos que normalmente são cobrados pelas bancas quando o tema é estatuto de servidores civis.

No entanto, assim como todo estudo que seja pautado em uma lei específica, aconselhamos a leitura da letra fria da lei para que tenha contato com a norma na sua forma original e integral.

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Logo no início da lei, temos duas definições basilares para o tema. Os arts. 2º e 3º trazem conceitos importantes para sua prova:

- **Servidor público:** pessoa legalmente investida em cargo público;
- **Cargo público:** conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, com as características essenciais de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos, para provimento em caráter permanente ou temporário.

Em seguida, o art. 5º traz definições organizacionais.

**Art. 5º** Para os efeitos desta Lei:

*I - referência - é a posição estabelecida para o ocupante do cargo dentro da respectiva classe, de acordo com o critério de antiguidade;*

*II - classe - é a posição hierarquizada de cargos da mesma denominação dentro da categoria funcional;*

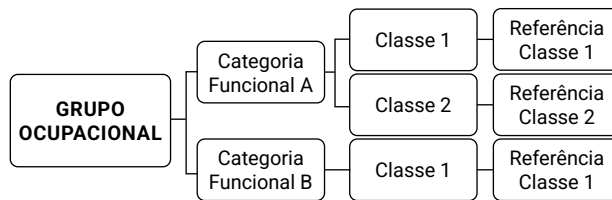
*III - categoria funcional - é o agrupamento de cargos classificados segundo o grau de conhecimentos ou de habilidades exigidos;*

*IV - grupo ocupacional - é o conjunto de cargos identificados pela similaridade de área de conhecimento ou de atuação, assim como pela natureza dos respectivos trabalhos;*

*V - carreira - é a linha estabelecida para evolução em cargo de igual nomenclatura e na mesma categoria funcional, de acordo com o merecimento e antiguidade do servidor;*

*VI - estrutura de cargos - é o conjunto de cargos ordenados segundo os diversos grupos ocupacionais e categorias funcionais correspondentes;*

*VII - lotação - é o número de cargos de categoria funcional atribuído a cada unidade da administração pública direta, das autarquias e das fundações.*



Finalmente, o art. 6º define o que é quadro.

**Art. 6º** *Quadro* é o conjunto de cargos de provimento permanente e de provimento temporário, integrantes dos órgãos dos Poderes do Estado, das autarquias e das fundações públicas.

### DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA

Os requisitos para o provimento são frequentes em prova. Portanto, tenha bastante atenção neste ponto:

**Art. 8º** São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

*I - a nacionalidade brasileira ou equiparada;*

*II - o gozo dos direitos políticos;*

*III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;*

*IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;*

*V - a idade mínima de dezoito anos;*

*VI - a boa saúde física e mental.*

*VII - Os que não forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por praticar ou concorrer para crimes de feminicídio ou contra mulheres em situação de violência doméstica e familiar, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, salvo se sobrevier decisão judicial pela absolvição do réu ou pela extinção da punibilidade;*

*§ 1º* As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

*§ 2º* As pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que apresentam, sendo-lhes reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso, desde que a fração obtida deste cálculo seja superior a 0,5 (cinco décimos).

As atribuições do cargo podem, ainda, justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

### PROVIMENTO

O art. 10 traz as formas de provimento do cargo público:

**Art. 10** São formas de provimento de cargo público:

*I - nomeação;*

*II - reversão;*

*III - aproveitamento;*

*IV - reintegração;*

*V - recondução.*

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## LEGISLAÇÃO

### LEI ESTADUAL Nº 7.439, DE 18 DE JANEIRO DE 1999 E ALTERAÇÕES POSTERIORES

A Lei 7.439 de 1999 institui, no âmbito do Estado da Bahia, a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), estruturando um modelo próprio de autarquia sob regime especial. A norma nasce para dar maior consistência administrativa e operacional às ações de defesa sanitária animal e vegetal, além de consolidar a inspeção e o controle sanitário de produtos e atividades ligados à agropecuária no território baiano. Com isso, a legislação organiza competências, define instrumentos de atuação e estabelece bases para cooperação institucional.

O texto também deixa claro que a ADAB não é apenas um órgão executor, mas uma entidade com autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio e vinculação a pasta estadual responsável pela agricultura. Essa combinação busca permitir respostas mais ágeis a riscos sanitários, como pragas, doenças e irregularidades em trânsito e comércio de animais, vegetais e produtos correlatos. Ao mesmo tempo, a lei prevê mecanismos de governança e controle, evitando que a autonomia se dissocie de planejamento e de metas públicas.

Um aspecto marcante é a previsão de atuação integrada, tanto no plano interno do Estado quanto em articulação com entidades públicas e privadas, inclusive de fora do país. Esse desenho conversa com a realidade da defesa agropecuária, em que barreiras sanitárias, certificações e protocolos frequentemente extrapolam fronteiras estaduais. Assim, a ADAB passa a ter um papel técnico e estratégico para proteger rebanhos, lavouras e a cadeia produtiva.

A lei ainda detalha a organização institucional, criando instâncias de orientação e supervisão e delimitando a estrutura diretiva. Nessa arquitetura, o Estado busca equilibrar participação setorial, decisões colegiadas e comando administrativo. Ao longo do texto, aparecem referências a alterações posteriores, destacando ajustes na estrutura e em carreiras, além de dispositivos revogados ou modificados por outras normas.

Por fim, há um reforço do caráter público da atuação, com previsão de privilégios e franquias equivalentes aos órgãos da administração direta. Isso tende a facilitar a execução de políticas públicas e a implantação de medidas sanitárias, sobretudo em situações que demandem poder de polícia administrativa. A lei também organiza receitas e patrimônio, garantindo sustentação financeira às atividades.

Dessa forma, visando à sua melhor preparação para o certame, é indispensável a leitura na íntegra da Lei 7.439 de 1999, disponível no link:

<https://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-7439-de-18-de-janeiro-de-1999>

Contudo, a seguir você encontrará o resumo da referida legislação com os pontos mais relevantes à sua preparação.

Bons estudos!

### Da Finalidade e Competência

A lei cria a ADAB como autarquia sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio. Sua vinculação se dá à Secretaria estadual responsável pela agricultura, preservando a integração com a política pública do setor. O objetivo central é promover e executar a defesa sanitária animal e vegetal e assegurar o controle e a inspeção sanitária de produtos de origem agropecuária.

Na prática, a ADAB assume funções típicas de autarquia sanitária estadual na área agropecuária. Isso envolve planejar e executar programas de promoção e proteção da saúde animal e vegetal, além de ações de educação sanitária voltadas ao setor produtivo e à sociedade. O enfoque não é apenas corretivo, mas também preventivo, priorizando vigilância, monitoramento e resposta rápida a riscos.

A competência fiscalizatória é ampla, alcançando entrada, trânsito, comércio e beneficiamento de produtos, subprodutos e derivados agropecuários dentro do território baiano. Ao mesmo tempo, a ADAB deve levantar, mapear e monitorar ocorrências zoonosológicas, contribuindo para decisões baseadas em evidências sobre prevenção e controle. Esse eixo técnico dá suporte à definição de áreas de risco e de medidas específicas para cada situação.

A norma também confere à Agência poderes para aplicar sanções administrativas, como multas e outras penalidades previstas em normas sanitárias correlatas. Além disso, prevê a possibilidade de interdição de estabelecimentos e restrição de trânsito de animais, vegetais e subprodutos quando houver descumprimento de medidas sanitárias, profiláticas ou preventivas. Aqui, a lógica é proteger o interesse público e reduzir a disseminação de riscos.

Para viabilizar a execução da finalidade institucional, a lei autoriza a celebração de convênios, contratos, ajustes e protocolos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. Essa abertura é relevante para ampliar capacidade técnica, operacional e de integração com programas federais ou com iniciativas de pesquisa, certificação e controle sanitário. Também se define sede e foro em Salvador, com jurisdição em todo o Estado e duração indeterminada, garantindo continuidade administrativa.

### Da Organização


A estrutura básica definida no texto legal estabelece duas instâncias centrais: um Conselho Estadual de Defesa Agropecuária e a Diretoria Geral. O Conselho atua como órgão consultivo, voltado à orientação e supervisão, criando um espaço institucional para alinhamento estratégico e acompanhamento. A Diretoria Geral, por sua vez, representa o núcleo de administração e execução, responsável por coordenar as atividades finalísticas e de suporte.

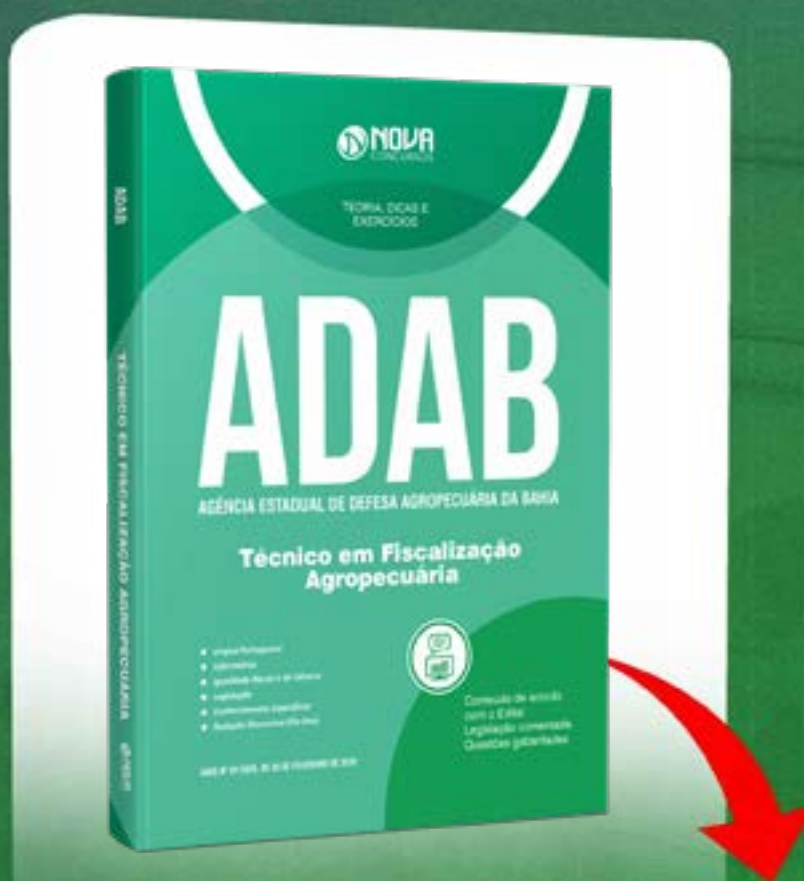
# MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO  
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS  
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS  
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS  
NO INSS 2022



## GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira  
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO